



DEMOCRACIA E DIREITOS

DIMENSÕES DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS
E SOCIAIS

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICA SOCIAL:

ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EXPRESSÕES ATUAIS EM
EXPERIÊNCIA DOS AGRICULTORES DA REGIÃO
METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Loreane da Silva Francisco, Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro

Maria Gracinda Carvalho Teixeira, Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo apresentar uma discussão com base nos antecedentes históricos e expressões atuais da Economia Solidária (ES), conectando-a a análise empírica da experiência de um grupo social de agricultores familiares, que tem se apropriado de princípios da ES, mas incorporando inovações, na busca de soluções para a sua situação de desproteção das políticas sociais. Ainda que se conceba como um resultado – direto e indireto – das consequências do capitalismo, sobre a situação de desemprego e pobreza dos trabalhadores, assim como argumentado por Singer (2012) a ES tem provado ser uma nova forma de subsistência que vem acrescentar às operações mercantis, ocasionando um compósito entre o sistema de capital e a pequena produção de mercadoria, não promovendo uma alternativa ao capitalismo, também não o complementando, mas uma espécie de resgate de princípios morais e éticos da economia por meio da edificação das práticas individuais, mas que congrega intenções coletivas.

Palavras-chave: economia solidária; política social; circuito curto; agricultura familiar; magé.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICA SOCIAL:

ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EXPRESSÕES ATUAIS EM EXPERIÊNCIA DOS AGRICULTORES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

FRANCISCO, Loreane da Silva

TEIXEIRA, Maria Gracinda Carvalho

INTRODUÇÃO

Os países em desenvolvimento são os que mais sofrem com altos índices de desigualdade social, o que denota uma forte relação com o acesso aos direitos sociais fundamentais em contextos desprovidos de um Estado de Bem-Estar Social¹ pleno, pautado na justiça social.

O Brasil, assim como os demais países em desenvolvimento e na sua condição capitalista periférico² vivencia a crise do Estado de Bem-Estar Social, no que tange a estrutura responsável pela implementação e manutenção das políticas sociais destinadas a reduzir as mazelas inerentes a esta condição (TAUILLE; RODRIGUES, 2004).

A crise da empregabilidade, a precarização do trabalho, gerando altos índices de exclusão social e econômica sugerem a formulação de uma nova agenda para o Poder Público que venha combater, por meio de políticas sociais, o desemprego estrutural e a incapacidade do mercado de trabalho de absorver este contingente de modo a suprir a necessidade de bem-estar.

Nesse sentido, apresenta-se como de fundamental importância a adoção de soluções que venham de encontro a essa situação. Soluções tem se convertido em iniciativas surgidas no seio da sociedade civil, como uma forma de “sobrevivência” – ações coletivas vêm se transformando em transações coletivas como um tipo de resposta ao sistema socioeconômico excludente. Uma dessas iniciativas que vêm sendo estudadas e ganhando destaque no meio científico é a Economia Solidária como um movimento social que se insere no conjunto dessas ações coletivas. O entendimento de Economia Solidária (ES) possui interpretações diversas, que vão desde posturas mais críticas às mais idealistas conforme será visto no trabalho. Utilizando não somente as contribuições teóricas dos estudiosos

¹ O conceito de Estado de Bem-Estar Social é baseado na ideia de que o homem possui direitos indissociáveis à sua existência enquanto cidadão; tais direitos são os direitos sociais (NAVARRO, 1997).

² O termo “capitalismo periférico” vem do binômio centro-periferia (PREBISH, 1949/2000) divulgado nos documentos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que denuncia as assimetrias nas relações entre as regiões do Norte e do Sul e tem como característica a concentração de renda e riqueza acima da observada no capitalismo desenvolvido. A CEPAL registra que na América Latina, a produção capitalista está pautada em duas premissas principais: abundância de recursos naturais e a superexploração do trabalho. Esta condição tanto esteve presente como se reproduziu, na América Latina, ganhando o sentido de especificidade. Tal fato se deu, principalmente, devido às bases econômicas de monocultura e à abundância de mão de obra. A superexploração seria a única maneira dos países latino-americanos gerarem excedentes para transferirem aos países desenvolvidos, já que não possuem os aparatos tecnológicos para a produção de bens com alto valor agregado e, conseqüentemente, não haverem maneiras de competir com os países centrais dentro da lógica imposta pelos mecanismos da economia e da divisão internacional do trabalho, perpetuando a situação de dependência em relação aos países centrais.

desse movimento dos trabalhadores, também as de experiências de ES, tem se observado que a formação desses empreendimentos coletivos surge em geral, num momento de crise estrutural. As leituras atuais dos empreendimentos solidários tendem a polarizar os debates: de um lado, a crítica filiada a uma tradição marxista clássica que enxerga nessas iniciativas um elemento de desmobilização dos trabalhadores frente ao capital; de outro, posturas de certa forma ingênuas em relação aos efetivos impactos desses empreendimentos na superação da pobreza (MACHADO, 2014).

As reflexões dos estudiosos também apontam que o movimento sugere uma dupla alternativa: por um lado, como organizações funcionais ao sistema, logo, uma alternativa produtiva de geração de renda e de trabalho; e por outro, como uma forma de resistência dos trabalhadores. Dado o caráter de crise permanente do capital, as ações da economia solidária também estão permeadas de contradições, com a particularidade de que os trabalhadores podem experimentar algum grau de autogestão, dentro do processo produtivo, o que aponta para novas possibilidades históricas derivadas de uma consciência coletiva em construção (FIGUEIREDO NETO; BENINI; BENINI, 2010).

No Brasil, ganhou expressão ao longo dos anos 1990, à proporção que suas atividades econômicas despontaram no país, notabilizando-se e sendo reconhecidas por sua natureza associativa e suas práticas de cooperação e autogestão (GAIGER, 2009). Nos países da periferia mundial como o Brasil, sempre foi comum a sobrevivência de iniciativas econômicas que se fundamentam no trabalho e utilizam princípios de reciprocidade que adaptam a produção material às necessidades coletivas como um fundamento primordialmente social. Desde o século XIX, em paralelo ao domínio do capitalismo, estratégias associativas e cooperativas têm buscado assegurar condições de vida a importantes contingentes e, ademais, vêm mantendo vigentes princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza distintos da racionalidade estrita do capital (LAVILLE, 2004). Esse é um ponto em que os estudiosos da Economia Solidária no Brasil convergem no que se refere às transformações históricas que tiveram maior influência no surgimento e fortalecimento de práticas cooperativas e associativas no país. Esse ponto de partida é importante, inclusive, para a relevância de se compreender não somente a trajetória histórica da ES no Brasil, mas também como estas foram tomando novas formas até chegarem a expressões mais recentes, o que se verá no estudo, mas torna-se importante desde já apontar alguns fatores.

No Brasil, tais problemas ganham uma configuração singular à medida que forças políticas de esquerda chegaram ao poder e viram-se compelidas a dar respostas à sua base político-social, conforme propagado em seus programas de governo.

Singer (2002) afirma que a Economia Solidária se constitui num mecanismo criado e recriado periodicamente pelos que se encontram, ou temem ficar marginalizados no mercado de trabalho. E que dessa forma, é possível unir a capacidade de produção e consumo com as concepções de socialização dos meios produtivos.

A partir dessa discussão inicial o presente projeto volta-se para o estudo de um movimento de Economia Solidária, a fim de verificar para qual direção no cenário atual aponta esta categoria econômica e que papéis assumem os agentes em seu fortalecimento. Ainda que seja um resultado – direto e indireto – das consequências do capitalismo sobre a situação de desemprego e pobreza dos trabalhadores, a economia solidária tem provado ser capaz de conviver com o próprio capitalismo e ser uma resposta às suas mazelas. Por isso trataremos da perspectiva de pequenos produtores familiares que participam de uma iniciativa de Economia Solidária exercendo na forma singular que vem sendo chamada de Circuito Curto de Comercialização.

A Feira da Agricultura Familiar de Magé/RJ comercializa os produtos possibilitando diminuir o número de intermediários entre o produtor e consumidor (FRANÇOIS, 2000).

Pelo que se observou num primeiro contato com a experiência em pauta, esta apresenta um cenário rico e deve trazer contribuições relevantes à temática de Economia Solidária discutida no âmbito da Política Social.

Tal empreendimento tem se apresentado também como facilitador da redução da distância tanto geográfica quanto relacional entre produtores e consumidores ressaltando a situação de que a economia solidária se trata de um movimento de emancipação social dos indivíduos que a compõem. Para apresentar esse estudo, o artigo está estruturado em sete seções, incluindo a introdução. A segunda situa historicamente as políticas sociais e no âmbito do Estado de Bem-Estar Social no Brasil. A terceira exhibe as diferentes perspectivas sobre economia solidária e política social. A quarta seção dedica-se às tipologias de economia solidária. A seguir apresentam-se as expressões recentes de economia solidária, destacando os serviços de proximidade ou Circuito Curto. Na seção seguinte, expõe-se a metodologia da pesquisa seguindo-se com os tópicos da análise de dados da pesquisa documental e a análise dos dados empíricos orais. Por fim, apresenta-se a discussão final do estudo.

1. Políticas Sociais e Estado de Bem-Estar Social no Brasil

As Políticas Sociais influenciam a situação social dos indivíduos, famílias e grupos sociais, acarretando melhorias na qualidade de vida da população e, conseqüentemente, dadas suas proporções, alteram a economia e a autonomia de um país, o meio ambiente e o próprio patamar de democracia alcançado, podendo se tornar componente fulcral para o processo de desenvolvimento nacional.

Essa ideia se sobressai ao ressaltar que grande parte das experiências dos países bem-sucedidos no estabelecimento do desenvolvimento nacional contou com a consolidação e permanência no largo prazo de forte ação do Estado, a qual está, em parte, conectada ao processo de ampliação e melhoria de benefícios envolvidos nos diversos elementos constituintes das políticas sociais.

No Brasil, segundo Draibe (1993), a noção de Estado de Bem-Estar Social se mostra fortemente

impregnada de conteúdos socialmente positivos, parecendo estranho que fosse utilizada para dar conta dessa realidade de miséria, pobreza e exclusão social. Isso faz parte, de nosso processo histórico que influenciou diretamente na direção das políticas sociais, dado que, as esferas do Estado e do mercado jamais constituíram mecanismos fundamentais de regulação para o conjunto da sociedade como ocorrera na Europa (FRANÇA; LAVILLE, 2004), por exemplo. Conforme Mello,

o *welfarismo* decorreria de padrões culturais de uma dada formação social. Isso explicaria a razão pela qual a instituição não teria florescido nos Estados Unidos, país onde predomina a crença nos valores liberais como ideal de democracia, além de outros fatores intrínsecos à sociedade americana como a excessiva descentralização e a fragmentação política, por exemplo (MELLO, 2007).

Cabe inserir na presente discussão a visão de Sônia Draibe em trabalho mais recente em relação a estes regimes supracitados:

Obviamente, as formas de concretizar e implementar as políticas sociais variam também segundo as diferentes concepções conservadoras, liberais ou neoliberais, intervencionistas ou regulatórias do papel do Estado e da relação Estado mercado [...]. Assim, os liberais e os conservadores, coerentes com a ideia de formas mínimas de intervenção no mercado, sublinham a excelência do modo individualizado e seletivo de distribuir recursos em espécie apenas aos necessitados; ao invés de, como endossariam os intervencionistas (keyneysianos, marxistas, etc...) implementar a ação estatal através da construção de equipamentos coletivos de produção e distribuição universal de bens e serviços sociais, em grande medida estatizados e burocratizados (DRAIBE, 2014).

No território brasileiro, a instituição do Estado de Bem-Estar teve como inspiração a experiência inglesa – no que tange a manutenção ou integração da renda, tomado como referência um patamar mínimo considerado como satisfatório para o atendimento das necessidades sociais vitais do indivíduo e da família. Ou seja, contemplam-se também aqueles que estão fora do mercado ou a ele marginalmente incorporados (DRAIBE, 1993). O Brasil também passou por um ambiente cíclico de reformas e pela crise do Estado de Bem-Estar em sua trajetória e para que seja possível compreendê-lo, é preciso conhecer três vertentes históricas sob as quais se fundaram o Sistema Brasileiro de Proteção Social (SBPS).

A primeira vertente surge na década de 1930, período da República Velha, e configura-se numa política social de cunho organizacional, baseada nos Institutos de Aposentadorias e Pensões e Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Previam a integração dos pobres, em especial dos pobres urbanos, aos benefícios do progresso pela via do trabalho, e, mais especificamente, do trabalho assalariado. Este modelo de gestão econômica da pobreza se projetava no futuro, com a promessa de sua incorporação progressiva ao mundo do trabalho regulado (CARDOSO JR.; JACOUD, 2005). A fundação da política previdenciária originou o projeto modernizante dos anos 1930, reiterado com o projeto desenvolvimentista predominante entre os anos 1950 e 1970, assegurou, neste mesmo período a proposta de inclusão dos demais segmentos da população (inserção dos pobres não assalariados).

Essa incorporação caracteriza a segunda vertente de reforma do Estado de Bem-Estar Social brasileiro. Sob a hegemonia de um projeto de bem-estar baseado no desenvolvimento da produção econômica nacional e na ampliação do assalariamento, a proteção social às populações vulneráveis não incorporadas pelo trabalho assalariado continuaria, durante o período entre 1930 e 1980, seguiriam um molde de gestão filantrópica da pobreza, realizada predominantemente por instituições privadas que contavam com o apoio de financiamento público (CARDOSO JR.; JACOUD, 2005).

A segunda vertente é caracterizada pela filantropia e tradição caritativa com o nascimento do Serviço Social – sob a forma de uma rede de ajuda aos pobres que pouco atuava em ações de regulação do Estado e onde não se afirmava a responsabilidade pública.

Em suma, o desenvolvimento da intervenção social brasileira se organizou através de aparato assistencial de origem privada, o qual contava com apoio público no campo do financiamento direto e indireto. Por último, a terceira vertente se caracteriza pela consolidação de um eixo de políticas públicas no campo da assistência social, ocorrida somente após a Constituição de 1988, sendo assim, herdeira de uma ampla tradição de subsidiariedade, ajuda e filantropia (CARDOSO JR.; JACOUD, 2005). O SBPS que conhecemos hoje, conta com duas políticas de cunho universal, que garante a toda população, independente de qualquer condição: saúde e educação básica.

O fundamento central da intervenção estatal brasileira seria a concepção de que a aceleração da industrialização teria levado à necessidade de atenuar as desigualdades socioeconômicas geradas por este processo; este abrandamento seria feito por meio das políticas sociais.

Segundo a tese durkheiminiana³, o WE pode ser interpretado como uma tentativa de criar uma nova forma de solidariedade em sociedades altamente diferenciadas, buscando resolver os problemas correlatos à divisão do trabalho (DRAIBE, 1993). Porém, alguns autores acreditavam que as políticas sociais seriam a evolução natural da busca da ordem social do sistema de capital. Quanto ao Sistema Brasileiro de Políticas Sociais, podemos dizer que na década de 80 e 90 uma agenda de reformas sociais estatais foi devidamente instalada no Brasil. Em consequência, uma das mudanças apercebidas fora de fato a Constituição de 1988, que anunciou princípios basilares para as devidas alterações desta nova modalidade de intervenção alargando o arco dos direitos sociais e o campo da proteção social sob responsabilidade estatal, com impactos relevantes no que diz respeito ao desenho das políticas, à definição dos beneficiários e dos benefícios (MELLO, 2007).

No Brasil, durante o segundo quartil do século XX, a intervenção estatal das políticas sociais era direcionada para populações em situação de pobreza e que não possuíam capacidade laboral (como idosos, crianças ou incapazes), porém o fenômeno de desemprego estrutural (ou seja, a população apta para o trabalho que não encontra emprego) acabou direcionando essas políticas para a população

³ Nesse contexto específico, trata-se de afirmar que quanto mais industrializada a sociedade mais dependente dela se torna o indivíduo, em virtude da especialização da produção (MELLO, 2007).

economicamente ativa (PEA) que estava ficando sem emprego.

Isso se observou, desde o final dos anos 1970, quando o desemprego de longa duração sob diferentes formas e intensidades, voltou à agenda social e desafiou desde então os sistemas nacionais de bem-estar (DRAIBE, 2014).

O processo de tentativa da redução da pobreza da mão de obra capacitada para o trabalho foi complementado pela emergência de uma esfera diferenciada de intervenção pública – com o intuito de produções de atividade econômicas de modo distinto daquela praticada no mercado. Tal crise vem minar as bases do mecanismo histórico de regulação das sociedades na modernidade, marcado pela sinergia entre Estado e Mercado (FRANÇA; LAVILLE, 2004).

É justamente quando estes dois principais agentes de regulação da sociedade começam a dar sinais de fraqueza na sua capacidade de satisfazer necessidades que se têm a chamada crise do Estado de Bem-Estar Social. O Estado deve preencher as lacunas deixadas pelo mercado; o direito social é um dos principais instrumentos destinados a corrigir os efeitos perversos do mercado pela mediação estatal, no centro dessa assertiva, encontra-se o fracasso da utopia do mercado demonstrada através do estabelecimento de um protecionismo social exercido pelo Estado (FRANÇA; LAVILLE, 2004).

A assim chamada crise do WE tem sido quase sempre atribuída à globalização e seus efeitos deletérios, indutores de maior desigualdade e pobreza, de desemprego e de fortes restrições sobre as finanças públicas, para não dizer a soberania dos Estados Nacionais (DRAIBE, 2014). Com efeito, tais fatores desafiam o SBPS, exigindo-lhe adaptações, transformações e soluções. Acredita-se que essas modificações estão atribuídas às constantes mudanças da sociedade e do mercado de trabalho, considerando a reflexão de que elas antecedem os movimentos de globalização do sistema de capital. Essas transformações não são consideradas isoladas, elas estão conectadas à conjuntura de mudanças de cunho econômico, que se associa ao capital em detrimento das necessidades humanas.

Parafraseando Esping-Andersen (1990), o Poder Público tenta reduzir as desigualdades por meio das políticas sociais após a distribuição da renda efetuada pelo mercado, de onde se conclui que, quanto mais desigualdades o mercado gerar, maiores deverão ser os esforços do Estado em direção às tentativas de minimização destas desigualdades causadas pelos critérios de distribuição de renda. Isso ressalta a necessidade de intervenção social em benefício dos menos favorecidos, a fim de promover ações de caráter assistenciais e solidárias de dimensão não estatal.

Com base na reflexão possibilitada por esse tópico do presente trabalho enxerga-se o movimento de economia solidária (ES) como uma forma de intervenção social, já que se trata de um segmento emergente baseado em um novo modo de produção que possui uma lógica distinta dos princípios basilares da economia de capital. Levando-se em consideração o cenário brasileiro apresentado no tópico, pode-se perceber a problemática da exclusão e desigualdade social crescente no país, o forte índice de desemprego estrutural, entre os outros fatores que se tentou apontar que notabilizam a crise

do Estado de Bem-Estar no país.

Nesta perspectiva, a problemática da ES posiciona-se num contexto de falência dos mecanismos de regulação econômico-políticos da sociedade (FRANÇA; LAVILLE, 2004).

Assim sendo, a emergência da ES se mostra num contexto de busca de alternativas de regulação da sociedade sob a forma de auto-organização social, por meio de ações e iniciativas locais, designados sob o termo de “serviços de proximidade” ou “serviços solidários” como será visto na seção a seguir.

2. Economia Solidária e Política Social: Diferentes Perspectivas

O movimento de economia solidária foi constituído sob a argumentação do aumento da crise do trabalho que ocorreu na década de 80 no contexto mundial. Também podemos considerar o agravamento do descontentamento por parte da população com o sistema público de seguridade social como um dos fatores que contribuíram para seu surgimento. Trata-se da espiral que conduz à exclusão: os desempregados, privados do fato de pertencer socialmente, não conseguem adquirir ou manter as atitudes necessárias à cooperação e à comunicação que se tornam determinantes para a obtenção do emprego (FRANÇA; LAVILLE, 2004).

O desemprego estrutural foi um dos fatores centrais para que a atividade associativa econômica fosse dada como uma alternativa. Esse conjunto heterogêneo de iniciativas recebe diferentes nomes que aludem a uma “outra economia”: economia social, economia do trabalho, economia popular e economia solidária (CATTANI, 2009). Por intermédio dos empreendimentos considerados solidários, trabalhadores sem ocupação que se encontram à margem da sociedade podem obter seu sustento mesmo que seja de caráter temporário e com isso, redescobrir seu papel como sujeito social. Trata-se em essência de um tipo de resposta à exclusão do mercado de trabalho.

Paul Singer atribui o surgimento da ES aos fundamentos propulsores do cooperativismo, no qual podemos destacar a cooperativa de consumo de operários têxteis na cidade britânica de Rochdale, em 1844. Tal iniciativa marcou o início do cooperativismo moderno, com diretrizes de organização definida. De forma geral, cooperativas são organizações onde um determinado número de pessoas se une buscando fins comuns a partir de um conjunto de regras pré-estabelecidas por esse grupo. A proposta base desses empreendimentos é conseguir força e competência para superar, em conjunto, o que individualmente seria muito difícil (SOUZA, 2011).

A partir dessa iniciativa, surgiram outras cooperativas de segmentos distintos, porém todas estavam sujeitas ao desafio lançado: crescerem seguindo as diretrizes estabelecidas e por consequência com grande quantidade de trabalhadores envolvidos, mas resguardando os princípios de igualdade e autogestão.

No território brasileiro, o cooperativismo teve início do século XX, conduzido por imigrantes

européus. Segundo Souza (2011), as primeiras cooperativas assumiram as formas de consumo, nas cidades, e agrícolas, no meio rural. As de consumo eram estabelecidas por empregados de empresas que buscavam alternativas para os altos preços do mercado varejista. Porém, com o decorrer do tempo as cooperativas deram lugar aos mercados de grande porte. Mas foi somente na década de 1990, quando surgiram empresas industriais com inspiração autogestionária, no contexto de elevado desemprego, que a expressão economia solidária se difundiu (SINGER, 2002).

A economia solidária foi originada no Brasil por meio da combinação de diversos atores do âmbito social – relacionados a um movimento da esquerda brasileira – em atividades reunidas no I Fórum Social Mundial (FSM). A partir deste Fórum, foi formado o Grupo de Trabalho de Economia Solidária, que culminou, no III FSM, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A criação do FBES coincidiu, todavia, com o momento da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, consolidando-se no país a institucionalização, devidamente reconhecida pelo Estado, da Economia Solidária como uma Política Social, uma iniciativa popular inserida no conjunto das políticas sociais do estado brasileiro. Segundo o MTE (2006, p. 11), “fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do então Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva”. A intenção central da SENAES foi então viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário (MTE, 2013). Atualmente, com a mudança de governo, a SENAES perdeu seu status e foi rebaixada para Subsecretaria na nova estrutura do Ministério do Trabalho, com a redução de dois Departamentos, perda de cargos de direção e saída do economista Paul Singer e entrada do subsecretário escrivão aposentado da Polícia do Estado do Paraná Natalino Oldakoski, conforme Decreto de nº 8894 de 03 de novembro de 2016. Mesmo com restrições institucionais e hierárquicas a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Previdência Social (Senaes/MTPS) lançou no mês de maio de 2017, dois editais de chamada pública para apoiar ações de economia solidária com investimento de R\$ 50 milhões. O objetivo é apoiar projetos que contribuam para a redução das desigualdades socioeconômicas e o resgate da população que se encontra em situação de extrema pobreza⁴.

Singer (2013) acredita que a economia solidária expressa um novo modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas no âmbito de segmentos econômicos. Para o autor, o pilar norteador deve ser o ser humano em sua integralidade, como sujeito e finalidade das atividades econômicas, desenvolvendo as capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras, e valorizando o associativismo, o trabalho dos setores excluídos da sociedade objetivando um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário.

⁴ Informação obtida no site: < <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/ministerio-do-trabalho-abre-edital-publico-para-projetos-de-economia-solidaria>>. Acesso em 16.06.17.

Afirma Singer que este modo distinto de gerir apresenta-se como um tipo de resposta dos próprios trabalhadores às mazelas do capitalismo, visto que são adotados princípios e conceitos diferenciados que valorizam a democracia, desenvolvimento humano, cooperação e a proteção do meio ambiente ressaltando a condição de que todos os seres humanos são iguais.

Assim, para o autor, a ampla abrangência de critérios permite um amálgama de empreendimentos que, em consonância com as diversas qualificações teóricas, configuram um conjunto de práticas heterogêneas no campo da economia solidária (SINGER, 2012).

Com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), não somente as ações de Economia Solidária ganharam institucionalização, com o estímulo do Estado, mesmo que de forma inexpressiva no governo atual, no território brasileiro foram fomentadas as atividades de ES em passado recente através de políticas direcionadas para o apoio de bancos e fundos comunitários, processos de capacitação e de desenvolvimento local e ações de comercialização, dentre outros, para fortalecer a ES.

Entretanto, apresenta-se um dilema à ES quando França e Laville (2004) argumenta que o Estado não possui capacidade efetiva para inserir o total da população economicamente ativa (PEA) no mercado e por outro lado a indústria ocupa ainda um lugar estratégico na economia em nome dos ganhos de produtividade que ela gera, e ainda assim, contudo, ela não pode mais desempenhar um papel motor na criação de empregos. É coerente, nesse sentido, pensar que a crise do Estado de Bem-Estar requer uma reorganização das diretrizes voltadas a estrutura mercantil, dado que, o aumento do desemprego faz com que outras iniciativas de desenvolvimento sejam prioritárias.

Em contrapartida, existem vertentes críticas que analisam tal fenômeno de forma distinta. Em seus estudos Carvalho parte do princípio de que a ES deve estar pautada em uma nova lógica de desenvolvimento, que seja capaz de combinar o crescimento econômico, a finalidade econômica, com o desenvolvimento humano, a partir de um ponto de vista humanista (CARVALHO, 2011). Reconhece que por meio do mercado de capital a ES pode se desenvolver, fazendo com que a mesma não seja um modo de produção alternativo, mas sim um movimento concomitante e que se manifesta dentro do próprio capitalismo sem ruptura ou transição.

Carvalho argumenta que longe de ser um espaço de desenvolvimento de pensamentos e políticas contestatórias, a Economia Solidária é uma proposta que reúne o ponto de vista do debate “ideopolítico” da visão da esquerda e que, para o capital, tal iniciativa apresenta perspectivas que podem ser bastante favoráveis. Ao se apresentar como uma alternativa, capaz de superar a alienação capitalista e até mesmo a exploração social, a economia solidária se apresenta como uma política pública (mas também como movimento, identificado a diversos movimentos sociais) que promove uma manipulação ideológica como forma de garantir consentimento e contenção social (CARVALHO, 2011). Dessa forma, o autor afirma que a ES faz sentido como concebida no interior

do sistema capitalista, visto que, embora existam discursos em disputa – que pretendem transformar ou conservar as relações capitalistas –, a economia solidária, em sua relação com uma totalidade mais abrangente, é um movimento que na visão de Carvalho (2011), não apresenta alternativas reais frente à disputa entre projetos societários, para além do capitalismo.

No entanto para Singer, o sistema capitalista apresenta um viés controverso visto que, cria possibilidades de desenvolvimento de organizações de cunho econômico cujo fundamento se difere ao modo de produção hegemônico. A ES se designa como este tipo de organização, visto que Singer a qualifica com anticapitalista. Ainda de acordo com Singer, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista (SINGER, 2002). Afirma que a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores que lutam contra o capitalismo. Levando em conta as distintas interpretações é possível compreender que a ES possui um viés paradoxal de inserção social e desenvolvimento dentro do sistema capitalista.

Como discussão posterior, trazemos a heterogeneidade de ES e suas formas assumidas para que conheçamos seu universo de empreendimentos e possamos focalizar na tipologia do objeto de estudo especificamente.

3. Economia Solidária e suas Tipologias

Economia solidária é o termo que vem sendo empregado para designar e identificar politicamente uma variedade de iniciativas coletivistas de produção, comércio, consumo, poupança e crédito balizadas por princípios idealmente igualitários e democráticos (SOUZA, 2011). Esse conjunto de atividades engloba práticas autogestionárias, cooperativismo, associativismo, ações de troca de mercadoria e serviços movidos por princípios alternativos em algo chamado comércio justo, entre outras atividades.

No Brasil, as iniciativas denominadas Economia Solidária são classificadas conforme se vê abaixo:

os Empreendimentos Econômicos Solidários e suas formas de organização: cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes e cadeias produtivas, complexos cooperativos, centrais de comercialização e outras formas de organização do trabalho; Redes, Fóruns e Coletivos diversos de Economia Solidária, a relação entre empreendimentos, entidades de apoio e poder público; Finanças Solidárias: cooperativas de crédito, micro-crédito, fundos rotativos, bancos comunitários, aval solidário etc.; Comercialização: comércio ético, justo e solidário, feiras, clubes de troca, consumo consciente; as Entidades e organizações da sociedade civil, entidade de fomento e apoio e outras organizações e movimentos sociais (MTE, 2006, p. 10).

Esse conjunto de atividades, na visão de França e Laville (2004), contribui para a democratização da economia, com base em princípios da cidadania, não sendo de forma alguma substituto da ação estatista, mas sim, uma articulação junto à esfera pública a fim de produzir um realocamento da

economia em um projeto de integração social e cultural visto que, conforme esse conjunto de iniciativas denominado às vezes como trabalho associado ou “novo cooperativismo”, sucede da decorrência prejudicial da acumulação flexível que tão bem caracteriza o capitalismo mundial, bem como pela informalização e precarização das relações e condições de trabalho.

Com base nas contribuições de diversos estudiosos de ES, utilizadas no presente trabalho, apresenta-se o quadro abaixo que reúne os tipos de empreendimentos de Economia solidária e suas definições:

QUADRO 01 – Tipologias de Economia Solidária e suas Definições

| Empreendimentos de Economia Solidária | Definições |
|--|---|
| Cooperativismo | “cooperativas são organizações onde um determinado número de pessoas se une buscando fins comuns a partir de um conjunto de regras pré-estabelecidas por esse grupo.” (CORNELIAN, 2006). |
| Clubes de troca | “são formados por pequenos produtores de mercadorias que constroem para si, um mercado protegido ao emitir moeda própria que viabiliza o intercâmbio entre os participantes” (SINGER, 2000). |
| Empresas autogestionárias | “Trata-se de mais uma forma na qual pode se materializar a Economia Solidária. As empresas autogestionárias geralmente nascem da iniciativa de trabalhadores que se associam e montam uma empresa na qual não terão a figura de um patrão, mas todos são responsáveis pelo bom andamento do negócio. Outra forma de autogestão acontece nos casos em que trabalhadores assumem uma empresa em situação falimentar ou pré-falimentar da qual fazem parte.” (MARTINS; CRUCIAL; ARAÚJO, 2006). |
| Comércio Justo | “O que se visa com o comércio justo é o contato direto entre o produtor e o consumidor, o que por si só já traz maiores benefícios do que se tivessem intermediários, e espera-se que este contato reflita o propósito dessa atividade, que é justamente a distribuição da riqueza em modo digno e justo” (SINGER, 2013). |
| Circuito Curto | “É uma forma de organizar e comercializar os produtos permitindo diminuir o número de intermediários entre o produtor e o consumidor” (FRANÇOIS, 2000). |

Fonte: Cornelian (2006); Singer (2000); Martins, Crucial e Araújo (2006); Singer (2013); François, 2000.

As diferentes tipologias de ES apresentadas nos estudos disponíveis na literatura, independente das visões distintas de seus estudiosos, acenam, de um modo geral para a ES como uma possibilidade, aos

envolvidos, de vivenciar a construção de laços sociais compostos por solidariedade e ajuda mútua no campo econômico alternativo.

Entretanto, como opção de pesquisa será abordado, com maior profundidade, o empreendimento solidário denominado Circuito Curto.

4. Expressões Recentes de Economia Solidária: Serviços de Proximidade ou Circuito Curto

Expressões recentes consideradas no âmbito da Economia Solidária tem se destacado na literatura, mesmo que ainda com pouca expressividade, mas que requer atenção. É a chamada dinâmica do Circuito Curto de comercialização (CC). Embora ainda não possua definição oficial no Brasil, os seus idealizadores, produtores do setor agroalimentar da França, têm utilizado o termo para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam até no máximo um intermediário entre produtor e consumidor (DAROLT, 2012). Mas não se trata apenas de distribuição, a dinâmica de Circuito Curto.

Podemos diferenciar o CC em duas vertentes: aquela que ocorre a venda indireta, quando há a incidência de um intermediário, no caso da entrada de outro produtor, um mercado local, uma cooperativa, entre outros, e a venda direta - que consiste na entrega direta do produtor ao consumidor.

Além disso, outras denominações também aparecem na literatura, como mercados de proximidade ou mercados locais (DAROLT, 2012).

Com a venda direta cria-se a possibilidade do preço reverter majoritariamente para os agricultores destacando-se como uma forma de valorização dos produtos locais, em virtude dos benefícios que pode trazer para os agricultores, consumidores e em particular para as zonas rurais.

Conforme Caccia Bava (2015), os circuitos de proximidade alimentares como também podem ser chamados os CC possuem uma perspectiva multidimensional que pode ser composta em três vertentes:

1. Dimensão econômica: os agentes locais mobilizam os recursos do território para aumentar a sua competitividade e explorar novos mercados;
2. Dimensão sociocultural: os valores ligados à identidade e ao patrimônio fundamentam e reforçam o processo de desenvolvimento;
3. Dimensão político-administrativa: maior protagonismo dos governos locais.

Ao contrário desse mecanismo, temos o circuito longo, que é predominante na economia contemporânea. Como destaca,

por circuitos longos entendemos, por exemplo, a exportação de commodities. A soja que é plantada na região central do país e que é exportada para a China. Tomemos este exemplo. A plantação extensiva de soja requer grandes áreas e acaba por concentrar ainda mais a terra no Brasil, expulsando a agricultura familiar. As

técnicas de produção são todas mecanizadas, requerendo grande maquinaria e técnicos especializados para operá-las. Tudo isso requer muito capital. É preciso investir em silos, estradas de ferro, portos, navios, sem considerar o enorme gasto de energia. Os circuitos longos, ao contrário do que prega a ideologia do mercado, pauperizam o território em que operam, retiram dele recursos naturais e a riqueza gerada pela produção, que é transferida para os centros financeiros internacionais. Como seu objetivo não é o desenvolvimento do território, também não se preocupam com a degradação ambiental que geram. Com a adoção de novas tecnologias, dos avanços na mecanização e na automação, estes grandes empreendimentos passaram também a absorver muito pouca mão de obra local. O saldo para os atores locais e o desenvolvimento do território não é favorável (CACCIA BAVA, 2015).

O sistema de distribuição preponderante de circuitos longos favorece as empresas de grande porte, nacionais e multinacionais, grupos que possuem forte *lobby* econômico e forte influência política e financeira. Desta forma, os governos, capturados por estes interesses, orientam as políticas públicas para lhes dar suporte em seu crescimento e lucratividade (CACCIA BAVA, 2015).

Argumenta o referido autor que os circuitos longos alimentam a concentração de renda e favorecem o alcance do fim último das grandes organizações, a maximização do lucro e centralização do poder no mercado. Aprofundam as desigualdades sociais levando uma população “marginalizada” a criar formas alternativas de geração de renda e trabalho, que por muitas vezes redundam em práticas de Economia Solidária.

Como observa Coraggio (2003), nos seus estudos sobre estratégias de sobrevivência local, estas surgem da incapacidade do “sistema” de incorporar a todos, fazendo com que as pessoas, famílias, grupos e comunidades locais recorram, crescentemente, à “táticas coletivas de sobrevivência” e nesse contexto, os denominados empreendimentos econômicos solidários (EES) se apresentam como formas de trabalho associativo, que favorecem a autogestão com conseqüente valorização da construção de redes colaborativas e novos modelos de produção e consumo pautados na democracia, em que podem ser lançadas as bases para a autonomia desses empreendimentos.

Por sua vez, Caccia Bava (2016) comparando os dois modelos de comercialização, o de circuitos longos de produção e consumo e o dos circuitos curtos que são o campo de atuação dos atores e da economia local, argumenta que não há como substituir o primeiro pelo segundo, o que para ele seria utópico. A recomendação do autor é o fortalecimento progressivo dos setores e atividades da economia que possibilitam a integração de pessoas que necessitam desenvolver suas próprias capacidades de inserção social a partir de suas iniciativas.

Em vista disso, constatamos em Darolt *et al.* que:

os circuitos curtos são inspirados em experiências de desenvolvimento local, com todas suas variantes, economia solidária, comércio justo, e agrega um novo componente, a preocupação com a sustentabilidade ambiental. A proposta é que, ao fortalecer os circuitos curtos de produção e consumo, o projeto de desenvolvimento busque a criação de oportunidades para os atores locais, maiores possibilidades de

promover a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a qualidade de vida no território (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013).

A literatura consultada sobre Circuito Curto, mesmo que ainda escassa, inscreve os CC no Brasil como um conjunto de iniciativas que contribuem para construir um novo modelo de desenvolvimento econômico mais humanitário, em oposição às lógicas de industrialização e globalização na circulação e na distribuição de alimentos, por uma parte, e de intensificação e especialização da agricultura, por outra parte (RETIÈRE, 2014).

As experiências mais conhecidas de CC no Brasil ocorrem no âmbito da agricultura familiar. Essas experiências procuram realizar a produção e o consumo dentro do mesmo território sempre que possível o que fortalece o desenvolvimento local, beneficiando a cidade ou região, não se tratando apenas de encurtamento de distâncias, mas também de estruturar uma economia de organizações locais pequenas e médias, que estimulem a circulação de capital, articulem cadeias produtivas, absorvam a mão de obra local, necessitem de pouco capital e utilizem baixa tecnologia, abrindo espaço para que estas iniciativas sejam também empreendimentos populares de maior alcance (CACCIA BAVA, 2015).

A questão da proximidade geográfica estabelece um ponto fulcral para definir o CC, já que o mesmo se dá pela manifestação das relações de circulação de produtos frescos locais que são comercializados em quantidades proporcionais à produção. E também podem estabelecer redes de comercialização, criação de laços e vínculos de confiança entre produtor/ consumidor e estabelecer novas formas relacionais de governança.

Entretanto, o CC não se restringe a um sistema de distribuição estritamente definido. Existe uma grande variedade nas lógicas seguidas e nos processos observados, nos modos de produção, de circulação e de compra (RETIÈRE, 2014). Podem ocorrer modificações ou até hibridizações nos modos de execução de venda do produtor quanto no modo de aquisição do consumidor, como também nos casos em que há intermediários.

Dentro da modalidade CC, está presente uma série de dispositivos de caráter coletivo ou individual que contam ou não com o compromisso do consumidor e possuem maior ou menor engajamento político (RETIÈRE, 2014). Dito isto, podemos citar, como exemplo de CC, as feiras de produtores familiares. As feiras geralmente são realizadas por meio de uma parceria entre as prefeituras (poder público local), os produtores e eventualmente contam com a participação de consumidores e por muitas vezes contam com instituições de fomento à agricultura ecológica (institutos de assessoria técnica, pesquisa, extensão, ONGs e universidades).

Julgou-se interessante pesquisar a origem da palavra feira e verificou-se que vem do latim “*feria*”, que significa dia santo/feriado, é que deu origem ao termo “feira” em português, “*feria*” em espanhol ou *fair* em inglês; elas podem ser compreendidas como o meio mais antigo de relação comercial entre

consumidores e produtores (DAROLT, 2012).

As feiras são baseadas num regulamento que exclui atravessadores e valoriza os produtos regionais. A inclusão dos produtores na economia local mostra-se como uma possibilidade realizável, pois demanda uma escala de produção compatível com a do pequeno produtor e exige menores padrões de qualidade em comparação aos circuitos longos. Um dos pilares das unidades produtivas de pequena escala é o trabalho familiar, que tem uma carga intensa e deve aliar diferentes competências (produção, transformação e comercialização) no intuito de diminuir custos e agregar valor aos produtos (DAROLT, 2012). Os CC constituem-se como mecanismo de obtenção de renda para a agricultura familiar, aumentando as oportunidades para o crescimento de uma produção de qualidade e um mercado justo e solidário.

5. Metodologia da Pesquisa

A pesquisa classifica-se como qualitativa, dado que, para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Definiu-se a pesquisa como do tipo analítica e descritiva. De acordo com Gil (1987), as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição de determinadas características da população ou fenômeno e utilizam técnicas padronizadas de coletas de dados como questionários e observações sistemáticas proporcionando uma visão mais abrangente sobre o fenômeno estudado.

O presente estudo está estruturado na construção de um arcabouço teórico focado no objeto de pesquisa, constituindo-se a pesquisa bibliográfica. Utiliza-se de pesquisa documental em que se consultaram registros nessas fontes conforme elencados adiante. Observou-se a Feira de Agricultura Familiar de Magé no sentido de uma primeira aproximação com a organização dos agricultores e planejou-se abordar os agricultores por meio de entrevistas. Isso porque essa Feira congrega agricultores familiares que se percebem envolvidos com atividades de Economia Solidária e na modalidade Circuito Curto de Comercialização. As fontes documentais consideradas como mais relevantes para esta pesquisa foram: (a) Regimento Interno da Feira da Agricultura Familiar de Magé de 01 de novembro de 2011, (b) Lei nº 2165/2012, que incidi a instalação e funcionamento da FAFM, (c) A publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2009, instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, que cria a SENAES no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego e (e) Decreto nº 8894, de 03 de novembro de 2016, que rebaixa a SENAES para Subsecretaria na nova estrutura do Ministério do Trabalho, com a redução de dois Departamentos, perda de cargos de direção e saída do economista Paul Singer e entrada do subsecretário escrivão aposentado da Polícia do Estado do Paraná Natalino Oldakoski.

Em campo, conduziu-se a pesquisa empírica por meio de entrevista com roteiro semiestruturado, visto que, a entrevista é o instrumento por excelência da investigação social, pois, além de dados que se busca em outras fontes, esta possibilita extrair aspectos provenientes de uma conjuntura cultural e social (MARKONI; LAKATOS, 2003). Os sujeitos da pesquisa foram definidos de acordo com os critérios previamente estabelecidos, levando-se em consideração o seu envolvimento com a Feira da Agricultura Familiar de Magé/RJ. Além desse critério, a acessibilidade aos sujeitos foi considerada importante para a seleção dos entrevistados nessa fase preliminar em que se encontra a pesquisa de campo.

As categorias de análise, apresentadas abaixo no Quadro 02, foram definidas a priori com base na pesquisa bibliográfica.

Quadro 02 - Categorias de Análise da Pesquisa

| Categorias | Definição teórica |
|--------------------|---|
| Política Social | Ideia de que o homem possui direitos indissociáveis a sua existência enquanto cidadão, estes direitos são direitos sociais (NAVARRO, 1997). |
| Economia Solidária | Um novo modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas no âmbito de segmentos econômicos com fins sociais (SINGER, 2013). |
| Circuito Curto | É uma forma de organizar e comercializar a produção permitindo “diminuir o número de intermediários entre o produtor e o consumidor” (FRANÇOIS, 2000). |

Fonte: Elaboração própria a partir de Navarro (1997), Singer (2013) e François (2000).

Julgou-se adequado como técnica de análise de dados nesta pesquisa a análise de conteúdo nos moldes de Bardin. Conforme a autora, “a análise do conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que tem como intuito obter por meio de procedimentos a descrição do conteúdo das mensagens que possibilitem a inferência de conhecimentos referentes a estas mensagens” (BARDIN, 1977).

6. Análise de Dados da Pesquisa Documental

A Feira da Agricultura Familiar de Magé foi inaugurada no dia 28 de julho de 2012 no bairro de Piabetá (pertencente ao distrito de Inhomirim) em Magé. Foi uma iniciativa conjunta entre a Secretaria

Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura, Emater-Magé e da ONG AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), atendendo a uma demanda apresentada pela COOPEMAGÉ e pela Associação de Produtores Rurais de Magé (AS-PTA, 2012).

Os municípios de Magé, Nova Iguaçu, Japeri foram selecionados para o Convênio 198/09 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), cujo objetivo é o apoio à agricultura urbana e periurbana na região metropolitana no Rio de Janeiro, fortalecendo os sistemas locais de produção e abastecimento de alimentos, com ações de formação, assistência técnica, fomento e monitoramento dentro dos princípios da Economia Solidária e Agroecologia. O convênio supracitado insere a presente experiência da Feira como uma expressão de ES.

Várias ações de fomento à comercialização local foram iniciadas a partir daí, sendo que, Magé possui características rurais, com cerca de 1640 estabelecimentos agrícolas, sendo 90% deles com áreas inferiores a 20 hectares, o que caracteriza áreas de exploração da agricultura familiar (MDS/EMATER-RIO, 2011).

Antes da realização do convênio, os agricultores não conseguiam escoar toda sua produção na localidade; direcionavam tanto para a Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA) ou acabavam contando com a presença de atravessadores, o que não lhes proporcionava o ganho econômico devido e acarretava na não utilização da totalidade de suas terras. A Feira, por sua vez, segundo o técnico da EMATER contatado, fez com que a produção passasse a ser totalmente escoada para a Feira.

A FAFM comercializa legumes, verduras, frutas, mudas, plantas ornamentais e outros produtos oriundos da produção local, como doces, temperos, sabonetes e alimentos prontos para o consumo diretamente das mãos dos produtores. Os principais produtos da agricultura familiar são banana, aipim, inhame, cará, hortaliças, pimenta, quiabo e jiló (AS-PTA, 2012).

O referido convênio forneceu barracas e balanças para a realização da Feira da Agricultura Familiar de Magé (FAFM) entre outros equipamentos e uma verba de extensão rural para fornecimento de cursos de capacitação, por exemplo, para os feirantes (como atuar na feira, regulação sanitária, entre outros).

Magé, segundo dados do IBGE (2016) apresenta um território exclusivamente agrícola que abrange 75,9 km², de um total de 386,80 km² que compõe o total do município.

A FAFM é uma organização comercial de produtores cujo propósito é eliminar os atravessadores convencionais que nesta transação (circuitos longos) são os que mais lucram, constituindo um exemplo de comercialização temporária que foge ao esquema usual de distribuição dos outros programas comerciais – como supermercados, sacolões, feira livre e mercados, assim como documentado no Convênio 198/09-MDS.

O local escolhido para realização da Feira também é utilizado por empreendimentos comerciais locais

como lojas, mercado, restaurante, bares, entre outros, o que para os entrevistados torna a Feira um evento integrado a outras atividades locais.

A FAFM funciona todos os sábados impreterivelmente de 07h00min às 14h00min horas alinhada com o horário de comercialização dos estabelecimentos da localidade.

A FAFM possui um Regimento Interno que contém regras e critérios definidos para sua manutenção e realização das atividades de comercialização desenvolvidas.

O agricultor, para participar da Feira deverá atender os seguintes pré-requisitos, conforme Capítulo III, art.3º do Regimento:

- a. Ser agricultor familiar ou pequeno produtor rural ou periurbano no município de Magé, ou executar produtos processados de transformação;
- b. Aceitar ser inspecionado pela Coordenação da FAFM ou por técnico da EMATER-RIO, ou técnico da SMDEA e ter o compromisso de atender a todas as recomendações e melhorias solicitadas (MAGÉ, 2011).

Atualmente, a FAFM conta com 25 produtores e suas famílias, envolvidos com a divulgação e o fortalecimento da agricultura familiar e inspecionados por uma Comissão de Coordenação.

Cada agricultor participante tem direito a voto e também pode ser votado. Em relação às mercadorias, os preços são estipulados e praticados de forma livre.

No que tange sua institucionalidade, em 2012, por iniciativa dos produtores foi enviado ao Poder Legislativo um projeto de Lei que fundamentaliza a Feira da Agricultura Familiar de Magé como a primeira Feira regulamentada do Brasil; essa Lei de nº2165 institui a Feira e impede qualquer gestão política futura de modificá-la ou acabar com a mesma, garantindo sua perpetuidade.

Tal Lei foi sancionada pelo então Prefeito Nestor Vidal Neto no dia 01 de junho de 2012; nela consta os procedimentos de controle de operação e de manutenção da Feira junto ao Poder Público, o qual passa a ter a função de fiscalização de infrações e acompanhar a presença mensal dos agricultores rurais familiares.

Buscando realizar uma agricultura em bases agroecológicas, um grupo de agricultores constituiu, com o apoio da Associação dos Produtores Biológicos do Rio de Janeiro (ABIO), um sistema de certificação orgânica participativa (AS-PTA, 2012), que consiste no mecanismo de auxiliar quem já possui a certificação, fiscaliza e auxilia quem deseja obter a mesma. Contudo, a maioria dos agricultores familiares partícipes da FAFM ainda não está habilitada a receber essa certificação orgânica.

A FAFM tem se constituído num ambiente oportuno para mediar a relação entre agricultores e consumidores; dessa forma, no mês de agosto do ano de 2016 a mesma feira passou a ser reproduzida

no calçadão do Centro de Magé às quartas feiras e não somente aos sábados no bairro de Piabetá.

7. Análise dos Dados Empíricos Orais

Foram abordados nessa fase preliminar da pesquisa três agricultores partícipes da Feira da Agricultura Familiar de Magé, que pertencem à iniciativa da Feira desde o início, sendo estes: o ex-diretor da Associação dos Agricultores de Magé; o atual presidente da Cooperativa dos Agricultores de Magé (COOPAGÉ) e uma agricultora familiar componente da Comissão de Organização da FAFM. Ao ser questionados sobre o motivo da criação da Feira, cada um dos três depoentes relatou distintas motivações dos agricultores para se envolverem na Feira da Agricultura Familiar de Magé.

Conforme o relato da agricultora familiar, entrevistada nº 3 (ET3), a principal motivação foi “*criar um novo canal de comercialização dos nossos produtos, direto sem atravessador*”. Já o agricultor e ex-diretor da Associação de Moradores de Magé enxerga a Feira da Agricultura de Magé como uma oportunidade para agregar conhecimento à sua experiência prévia como feirante em outro município e também aumentar a produção dos agricultores familiares.

Quando indagados sobre como os agricultores se relacionavam no âmbito do trabalho antes da criação da feira foi relatado que:

a maioria...aquele negócio...vendia para camelô, outros mandava pro CEASA, era explorado...era explorado de três maneiras mandando mercadoria pro CEASA, aí tinha barraqueiro, aí o freteiro daqui, o lá da região...você pagava o frete daqui, o da região e além de tudo [...] pagava a caixa e ainda, as vezes mentiam dizendo que o produto era comprado diretamente do agricultor [...] (Entrevista com o agricultor e ex-diretor da Associação de Moradores de Magé em junho de 2017).

Quando abordados sobre os princípios que orientam os agricultores nessa nova atividade, foi ressaltado como um ponto em comum, a valorização da produção de cada família e também a possibilidade de variar os produtos ofertando mercadorias de outras famílias, obedecendo as regras acordadas entre eles, como observado na seguinte fala da Entrevistada (ET3) abaixo:

o princípio que agente defende é tá...só trazendo pra feira produto da agricultura familiar né?! E a gente tem o princípio assim [...] de ter variedade de coisa, tá sempre com coisa nova pra poder fazer a diferença, tudo sempre fresquinho colhendo sempre a tarde, um dia anterior [...] a gente não compra nada de fora, a gente só compra o que produz em Magé, a gente só pode comprar 30% (da produção) de outro produtor por exemplo assim, meu milho acabou aí meu vizinho tem e ele não vem na feira aí eu posso comprar com ele pra vender na Feira[...] (Entrevista com a agricultora familiar e componente da Comissão de Organização da FAFM em junho de 2017).

Ainda sobre esses princípios, o entrevistado ET1 ressalta que o produto local das famílias deve ser respeitado e ainda destacou que qualquer produtor que tente não respeitar este princípio não será acatado pela Comissão de Organização da Feira e o produtor estará sujeito a ser suspenso da FAFM.

Foi relatado também que o alimento fresco é requerido pela Comissão e esperado pelos consumidores, o que se torna um princípio a ser seguido pelos agricultores familiares.

Quanto à organização dos agricultores em relação à sua participação como integrante da Feira foi relatado que todos seguem o Regimento Interno como pré-requisito para entrar na Feira e cabe à Comissão de Organização da FAFM verificar, se as regras de fato estão sendo cumpridas como notamos na fala da entrevistada ET3 a seguir:

as regras que estão no Estatuto, o pessoal tem que seguir as regras né? Regra de horário, regra de entrada de carro, regra de arrumação, as faltas... não pode ter faltas... tem o mínimo... só quando for necessário entendeu? Essa regra é a Comissão que acompanha e a gente leva pra reunião no caso de quando não há o cumprimento que aí é votado entendeu? Tudo certinho e na base da democracia.

Uma circunstância que não havia sido esclarecida na pesquisa documental é a questão do escoamento da produção para fora da FAFM pelos agricultores familiares, em que o Regimento permite que estes também vendam nos seus próprios sítios, seus produtos para compradores interessados.

Ainda no tocante a organização dos agricultores na FAFM, houve relatos sobre a prática da troca - produtores que trocam produtos entre eles e também muita informação. Existe uma relação de mutualidade que permite várias ações de trocas entre os envolvidos com o processo da feira, há um sentimento de reciprocidade. O entrevistado ET2 relatou que começou a comercializar certa variedade de hortaliça devido a sementes que ganhou de outro agricultor familiar.

No que corresponde à relação dos agricultores familiares com os consumidores, a preocupação principal é com o conhecimento da origem dos produtos e essa confiança, segundo DAROLT (2012), gera uma valorização por parte dos consumidores.

O Circuito Curto visa expressar o conceito de proximidade entre o produtor e consumidor; este princípio de proximidade favorece a confiança e pereniza as relações (RETIÈTE, 2014). O entrevistado ET2 salienta este princípio quando indagado a respeito desse fato:

[...]quando os fregueses conhecem os nossos produtos e vêm comprar, eles estão ajudando a gente a nos fortalecer... não é só financeiramente, mas conhecemos novas pessoas, a gente troca conhecimentos, troca receitas, faz amizade... aí quando eu não vou, tem freguês que liga pra minha casa pra saber como eu estou.

Depoimento semelhante se observa com o entrevistado ET3 ao dizer que,

as pessoas (consumidores) gostam muito... eles vêm, conversam, conhece os produtos, sabe? Perguntam como é produzido, perguntam como fazer, entendeu? [...] tem gente que quer visitar até a nossa propriedade [...] Então, entre a gente agricultor e entre o consumidor houve assim... uma proximidade... eles conheceram como que é produzido né? E como nosso produto é fresquinho... depois que as pessoas começam a ir na Feira [...] eles sentem falta da gente quando vê fala ah! o que aconteceu? Você não veio. Se torna uma família né?!

O Circuito Curto de comercialização que vem orientando as práticas na Feira dos Agricultores vem

provocando mudanças nos ganhos econômicos pela diminuição de intermediários conforme expressou a entrevistada ET3 no seguinte trecho:

antes da Feira não tinha excesso (de produção) porque você tinha mercado pra vender, só que você não vendia direto...o preço ele é menor né? Você vindo pra Feira o lucro é maior [...] a gente pega e traz um pouco de mercadoria [...]mas tem um valor significativo de ganho, a gente não tem o atravessador, então o que o atravessador ganhava, ganhando somos nós.

Notamos também, que um dos principais desafios para os agricultores familiares da FAFM é a definição dos preços das mercadorias, de forma a manter certa padronização. Por isso, se baseiam em alguns fatores como: custos da produção, preço de mercado ou processo de negociação juntos aos demais participantes. Porém, a adoção dessas padronizações é opcional, visto que cada agricultor possui livre autonomia para a definição dos preços. Outra questão observada é a visão dos sujeitos em relação a iniciativa como uma forma de resistência ao sistema econômico dominante como a depoente ET3 que acredita que não se trata de uma manifestação de resistência, mas sim, uma forma de reconhecimento da produção local e valorização da agricultura familiar, que segundo ela, sempre foi desvalorizada pelo consumidor e pelas políticas governamentais em detrimento do agronegócio. Já o entrevistado ET1, acredita que é uma forma de resistir à cadeia dos grandes negócios, pois elimina os atravessadores, e nesse sentido quem está envolvido na Feira está extinguindo velhas maneiras de comercialização. Dos entrevistados nessa fase inicial somente um deles tem familiaridade com o termo “circuito curto” como um conceito que fundamenta a Feira de Agricultura Familiar de Magé; os outros dois entrevistados não caracterizaram a experiência de venda direta como tal, mas sim com os termos “*vender direto pro consumidor*” ou “*retirar os atravessadores*”.

De um modo geral, percebeu-se que há algo forte que move esses agricultores familiares congregando-os e organizando-os em torno da Feira dos Agricultores sob a crença de que adotando formas inovadoras de se organizar e de comercializar seus produtos, podem retificar a autonomia do seu trabalho de agricultor familiar e gerar uma maior sustentabilidade socioeconômica desse grupo social, não importando o termo que recebe essa modalidade de comercialização.

DISCUSSÃO FINAL

O presente artigo teve como finalidade apresentar uma síntese histórica sobre a temática de Economia Solidária e suas manifestações contemporâneas trazendo a análise da experiência de um grupo social de agricultores familiares, que tem se apropriado de princípios da ES, na busca de soluções para a sua situação de desproteção das políticas sociais. Sendo a experiência desses agricultores organizados na Feira de Agricultura Familiar do município de Magé (FAFM) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro a base empírica da pesquisa.

Buscamos salientar, através da literatura especializada que a espiral que conduz à exclusão deixando à

margem, trabalhadores desempregados e sem pertencimento social é um forte propulsor da ES (FRANÇA; LAVILLE, 2004). Deste modo, por meio dos empreendimentos considerados solidários, trabalhadores sem ocupação formal e que se encontram à margem da sociedade, têm procurado obter seu sustento mesmo que seja de caráter temporário e com isso, redescobrir seu papel como sujeito social.

Procuramos expor o importante marco brasileiro da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, consolidando-se no país a sua institucionalização, devidamente reconhecida pelo Estado, da ES como uma Política Social, a partir de uma iniciativa popular inserida no conjunto das políticas sociais do Estado brasileiro (MTE, 2007) e que atualmente, a SENAES se encontra como subsecretaria do Ministério de Trabalho e Emprego, porém, ainda existem atividades de financiamento e fomento à ES no país.

O trabalho focou tipologias de caráter inovador da ES, destacando-se, entre as expressões atuais de ES, a tipologia do Circuito Curto de Comercialização (CC) que consiste na forma de comercializar os produtos permitindo diminuir significativamente o número de intermediários entre o produtor e o consumidor (FRANÇOIS, 2000) sobre a qual a experiência dos agricultores familiares em questão tenta se calcar.

A pesquisa explora a ideia de Circuito Curto de Comercialização na prática dos agricultores familiares organizados na Feira de Agricultura Familiar do município de Magé e, embora reconhecendo-se que a ideia de Circuito Curto seja ainda objeto em construção no Brasil, com base em outras experiências, e na vontade desses agricultores, essa prática pode corroborar a autonomia e emancipação do trabalho do agricultor familiar na região, e dessa forma, gerar um desenvolvimento socioeconômico local mais sustentável.

Referências

AS-PTA. **É inaugurada mais uma feira da agricultura familiar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Disponível em: < <http://aspta.org.br/2012/08/e-inaugurada-mais-uma-feira-da-agricultura-familiar-na-regiao-metropolitana-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em 11. Mar. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 1977.

FIGUEIREDO NETO, Leonardo Francisco; BENINI, Elcio Gustavo; BENINI, Edi Augusto. Economia Solidária e Autogestão: Limites e Possibilidades. **Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, UFT, MS Palmas, 2010.

BRASIL. **Lei Nº 2165, de 01 de Junho de 2012**. Institui a Feira da Agricultura Familiar no município de Magé e dá outras providências.

_____. **Feira da Agricultura Familiar de Magé**, de 01 de Novembro de 2011. Regimento Interno da Feira da Agricultura Familiar de Magé.

_____. **Decreto nº 8894, de 03 de Novembro de 2016**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8894.htm>. Acesso em: 28.Jun.2017.

_____. **Ministério do Trabalho abre edital público para projetos de economia solidária**. Disponível em: < <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/ministerio-do-trabalho-abre-edital-publico-para-projetos-de-economia-solidaria>>. Acesso em: 28.Jun.2017.

CACCIA BAVA, Silvio. Circuitos Curtos de Produção e Consumo. In: FUNDAÇÃO HEINRICH BOLL. **Um campeão visto de perto: Uma análise do modelo do Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAGÉ. **Histórico da cidade**. Disponível em: <<http://camaramage.rj.gov.br/>>. Disponível em: 06. Mai. 17.

CARDOSO JUNIOR, José Celso; JACCOUD, Luciana. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 181-260.

CARVALHO, Lúcio, Keila. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. In: **II Conferência do Desenvolvimento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, DF. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, 2011.

CATTANI, Antonio David *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

CORAGGIO, José Luiz. **Sobrevivencia y otras estratégias en LAC: La perspectiva desde lo local**, 2003. Disponível em: <http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos>. Acesso em 21.mar. 2017.

CORNELIAN, Ricardo. Anderson. **A concepção de “economia solidária” em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas**.2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UNESP/Araraquara. p.p.13-25. Disponível em:< <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99005>>. Acesso em 21.mar.2017.

DAROLT, Moacir Roberto. **Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores**. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

_____. Moacir Roberto; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. **A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos**: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Construção Social dos Mercados*, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013.

DRAIBE, Sônia. **O Welfare State no Brasil: Características e Perspectivas**. Universidade Estadual de Campinas–Unicamp Núcleo de Estudos de Políticas Públicas–NEPP, 1993.

_____. Welfare State Tendências de Desenvolvimento e Desafios Atuais. **Política Social e Desenvolvimento**, v. 1, p. 14-18, 2014.

_____. **Redes ou sistemas de proteção social**: de que conceito estamos tratando? *Observatório Social*, v. 35, p. 16, 2012

EMATER. **Município de Magé**. Disponível em: < <http://www.emater.rj.gov.br/mage.asp>>. Acesso em: 06. Mai. 17.

FRANÇOIS, Martine. **Comercializar os produtos locais**: circuitos curtos e circuitos longos. *Inovação no meio rural*. Caderno nº 7. Observatório Europeu LEADER. Julho de 2000.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. UFRGS Editora, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, 2003. Disponível em: http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf. Acesso em 25. Fev. 2017.

_____. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 81-99, 2009. Disponível em: <http://rccs.revues.org/401>. Acesso em 25. Fev. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE. **Município de Magé**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330250>. Acesso em: 07. Mai. 17.

_____. **PIB per Capita no Brasil**. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-per-capita.html>> Acesso em: 03. Mar. De. 2017

_____. **PIB Produto Interno Bruto do Brasil do ano de 2016**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores_2017.php> Acesso em: 04. Mar. 17.

LAVILLE, Louis. Jean; GAIGER, Inácio. Luis. *Economia Solidária*. In. CATTANI, Antônio. David. (Org.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina, 2009.

LAVILLE, Louis. Jean. **A economia solidária**: Um movimento internacional. 2004. *Revista crítica de ciências sociais*, v.84, p.p 7-47. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf. Acesso em:17.out.16.

MACHADO, Maria Izabel. **Economia Solidária**: economia de fronteira?. *Otra Economía*, nº. 8, vol. 14, p.11-21, jan.-jun. 2014.

MAGÉ. (Prefeitura). **História da cidade**. Disponível em: <[http:// mage.rj.gov.br/](http://mage.rj.gov.br/)>. Acesso em: 06. mai. 17.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Cláudio. Herrero.; CRUCIAL, Cristiane. Versesi; ARAÚJO, Evandro. José. **Economia e Comunhão e Economia Solidária: Distinção de Conceitos.** Anais...XXVIII EnANPAD,2006.

MDS/ EMATER-RIO. **Proposta de Implantação da Feira da Agricultura Familiar de Magé:** Fortalecendo a Segurança Alimentar e a Agroecologia, de 01 de Novembro de 2011.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da Distribuição da Renda e da Riqueza da População Brasileira.** Dados do IRPF 2015/2014. Secretaria de Política Econômica, maio de 2016. Disponível em: <<http://www.spe.fazenda.gov.br/noticias/distribuicao-pessoal-da-renda-e-da-riqueza-da-populacao-brasileira/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf/view>>. Acesso em: 05.mar.2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Ministério do Trabalho abre edital público para projetos de economia solidária, 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/ministerio-do-trabalho-abre-edital-publico-para-projetos-de-economia-solidaria>>. Acesso em: 16. jun.2017.

MELLO, Marinilzes Moradillo. Políticas sociais e políticas de bem-estar: algumas considerações. **INTERFACEHS**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 1-20, 2007.

MINAYO, Maria. Cecília. Souza. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis:Vozes, 2001.

MTE, SENAES. Secretaria Nacional da Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**, Brasília, 2006.

_____. Secretaria Nacional da Economia Solidária. Apoio ao sistema nacional de comércio justo e solidário por meio do reconhecimento de práticas de comércio justo e solidário. Brasília, 2013.

NAVARRO, Vicente. Produção e Estado do bem-estar: o contexto das reformas. In: LAUREL, C, A. (org.) **Estados e políticas sociais no neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 1997, p. 281-319 .

PREBISH, Raúl. O Desenvolvimento econômico da América Latina e alguns se seus problemas principais. (1949). In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL.** Vol.1. São Paulo: Ed. Record, 2000, p. 69-136.

RETIÈRE, Morgane Isabelle Helene. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização:** modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas. (Dissertação de Mestrado). 115 páginas. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Piracicaba, SP, Brasil, 2014.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Apoio à implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção de desenvolvimento territorial sustentável visando à superação da extrema pobreza**, Brasília, 2013. Disponível em:<<http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/programas-e-acoef/acoef-integradas>>. Acesso em:14.mai.2016.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.) **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Vida nova para as cooperativas de trabalho. Folha de São Paulo, v. 16, 2012. SOUZA, Ricardo, André. Um exame de Economia Solidária. Outra Economia. **Revista Latinoamericana de Economia Social y Solidária**, 2011. Disponível em:

<<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2011.59.05/902>>. Acesso em: 26. Fev.17.

TAUILE, José Ricardo; RODRIGUES, Huberlan. **Economia solidária e autogestão**: a criação e recriação de trabalho e renda. 2004. Ipea. Nota Técnica. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5250>. Acesso em 25.fev.2017.